

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.808.765 - RJ (2019/0114603-3)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
RECORRENTE : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE  
ADVOGADOS : JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - RJ081852  
LEONARDO BRUNO BRIZZANTE CUPELLO - RJ100439  
CAIO CÉSAR FIGUEIREDO OLIVEIRA - RJ171539  
LUANNA BARONE GIGLIO CORDEIRO E OUTRO(S) - RJ174799  
RECORRIDO : MILTON DO SACRAMENTO FERREIRA  
ADVOGADOS : OTON LUIZ SIQUEIRA DE OLIVEIRA - RJ140668  
ALINE MICHYLLES DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RJ154534

**DECISÃO**

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SANEAMENTO BÁSICO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 1022 DO CPC/2015. TARIFA DE ESGOTO. INEXISTÊNCIA DE TRATAMENTO. PRESTAÇÃO PARCIAL DAS ETAPAS DO SERVIÇO. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA. ENTENDIMENTO FIRMADO NO RESP 1.339.313/RJ, REL. MIN. BENEDITO GONÇALVES, DJE 21.10.2013 (TEMA 565). RESSALVA DO PONTO DE VISTA DO RELATOR. RECURSO ESPECIAL DA CONCESSIONÁRIA A QUE SE DÁ PROVIMENTO, A FIM DE JULGAR IMPROCEDENTES OS PEDIDOS INICIAIS.*

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE, com fundamento na alínea *a* art. 105, III da CF/1988, no qual se insurge contra acórdão proferido pelo egrégio TJ/RJ, assim ementado:

*APELAÇÃO CÍVEL. RELAÇÃO DE CONSUMO. CEDAE. COBRANÇA DE TARIFA DE ESGOTO. RESTITUIÇÃO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA.*

*É cediço que o posicionamento do Colendo Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a tarifa de esgotamento sanitário pode ser cobrada ainda que o serviço não seja prestado em sua integralidade (RESP nº 1.339.313/RJ). Contudo, não se afigura razoável que o demandante fique prejudicado pelo pagamento integral de um serviço que, em sua maior parte, não é prestado pela empresa demandada, sob pena de enriquecimento indevido da concessionária. Jurisprudência majoritária das Câmaras Cíveis Especializadas deste TJRJ no sentido de que, nas hipóteses em que o serviço não é prestado em sua integralidade, somente pode ser cobrado o percentual*

# Superior Tribunal de Justiça

*de 50% da tarifa. Precedentes desta Egrégia Câmara. Cobrança superior a 50% (cinquenta por cento) do valor da tarifa de esgotamento sanitário que se reputa indevida até o efetivo fornecimento, no endereço do apelante, de todas as etapas do serviço de esgotamento sanitário. Restituição dos valores comprovadamente pagos que ultrapassaram esse percentual, de forma simples, já que não configurada a má-fé da concessionária, observada a prescrição decenal, na forma do artigo 205 do Código Civil e da Súmula 412 do STJ. Sentença reformada. RECURSO A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO.*

2. Opostos Embargos de Declaração, estes foram rejeitados (fls. 428/433).

3. Nas razões de seu Recurso Especial, a parte recorrente aponta violação dos arts. 1022, do CPC/2015; 206, § 3o., IV e V do CC/2002; 3o. da Lei 11.445/2007 e 9o do Dec. 7.217/2010. Aduz para tanto, em síntese, que: (a) o acórdão recorrido teria permanecido omissos, a despeito da oposição dos Aclaratórios; (b) incidiria ao caso a prescrição trienal; e (c) nos termos da decisão deste STJ no REsp. 1.339.313/RJ, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 21.10.2013, a prestação de apenas uma das etapas do serviço de esgotamento sanitário autorizaria a cobrança da tarifa integral.

4. Com as contrarrazões, os autos foram encaminhados à Câmara prolatora do acórdão recorrido, para *exercício do juízo de retratação à luz do Tema 565 do STJ* (fls. 514-516). O Colegiado, entretanto, manteve seu posicionamento anterior (fls. 531/540), ao que se seguiu a admissão (fls. 560/563) do Apelo Nobre.

5. É o relatório.

6. Inicialmente, nos termos do que decidido pelo Plenário do STJ, aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo 2).

7. No mais, inexistente a alegada violação do art. 1.022 do CPC/2015, pois a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, conforme se depreende da análise do acórdão recorrido. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.

8. Quanto ao mérito, sobre a questão do esgotamento sanitário, já tive a oportunidade de me posicionar contra a cobrança de tarifa cheia quando a concessionária apenas presta parte do serviço, uma vez que, nos termos do art. 3o., I, *b* da Lei 11.445/2007, o serviço de esgotamento sanitário é *constituído pelas atividades de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequada dos dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente*. Dessa forma, entendo cabível a cobrança parcial - apenas das etapas efetivamente concluídas -, não devendo, portanto, ser o usuário compelido a pagar por um serviço que não lhe foi prestado e nem posto à disposição. No entanto, meu entendimento restou vencido, cabendo apenas a este Relator ressaltar o seu ponto de vista.

9. Assim, considerando a função constitucional desta Corte de uniformização da jurisprudência pátria, ressalvo o meu ponto de vista, para acompanhar o entendimento firmado por este Tribunal no REsp. 1.339.313/RJ, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 pela Primeira Seção, de relatoria do Ministro BENEDITO GONÇALVES, de que é cabível a cobrança pelo serviço de esgotamento sanitário, ainda quando a concessionária não realize a etapa de tratamento antes do lançamento final no meio ambiente. Confira-se:

*ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DOS DEJETOS. INEXISTÊNCIA DE REDE DE TRATAMENTO. TARIFA. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA.*

1. *Não há violação do artigo 535 do CPC quando a Corte de origem emprega fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

2. *À luz do disposto no art. 3o. da Lei 11.445/2007 e no art. 9o. do Decreto regulamentador 7.217/2010, justifica-se a cobrança da tarifa de esgoto quando a concessionária realiza a coleta, transporte e escoamento dos dejetos, ainda que não promova o respectivo tratamento sanitário antes do deságue.*
3. *Tal cobrança não é afastada pelo fato de serem utilizadas as galerias de águas pluviais para a prestação do serviço, uma vez que a concessionária não só realiza a manutenção e desobstrução das ligações de esgoto que são conectadas no sistema público de esgotamento, como também trata o lodo nele gerado.*
4. *O tratamento final de efluentes é uma etapa posterior e complementar, de natureza sócio-ambiental, travada entre a concessionária e o Poder Público.*
5. *A legislação que rege a matéria dá suporte para a cobrança da tarifa de esgoto mesmo ausente o tratamento final dos dejetos, principalmente porque não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente existirá quando todas as etapas forem efetivadas, tampouco proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma só ou de algumas dessas atividades. Precedentes: REsp. 1.330.195/RJ, Rel. Min. CASTRO MEIRA, Segunda Turma, DJe 4.2.2013; REsp. 1.313.680/RJ, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, Primeira Turma, DJe 29.6.2012; e REsp. 431.121/SP, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, Primeira Turma, DJ 7.10.2002.*
6. *Diante do reconhecimento da legalidade da cobrança, não há o que se falar em devolução de valores pagos indevidamente, restando, portanto, prejudicada a questão atinente ao prazo prescricional aplicável as ações de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto.*
7. *Recurso especial provido, para reconhecer a legalidade da cobrança da tarifa de esgotamento sanitário. Processo submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ (REsp. 1.339.313/RJ, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 21.10.2013 - Tema 565).*
10. *In casu, diante da constatação da prestação parcial das etapas do serviço de esgotamento sanitário, descabida a devolução dos valores pagos.*
11. *Ante o exposto, dá-se provimento ao Recurso Especial da Concessionária, a fim de julgar improcedentes os pedidos iniciais.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

12. Resta prejudicada a discussão quanto à prescrição. Invertem-se os ônus sucumbenciais, observada a Justiça gratuita deferida na origem (fls. 49).

13. Publique-se.

14. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 31 de março de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR